



**Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de
TCC**

**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em
Cumprimento das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: As elites empresariais na integração do Brasil ao Mercosul nos governos Lula e Temer

Nome do(a) Estudante: Samara Caroline Santana Barbosa

Nome do(a) Orientador(a): Regiane Nitsch Bressan

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo estudar a influência das elites empresariais, nos governos de Lula e Michel Temer, no processo de integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Assim, o propósito do artigo é compreender como esse grupo influenciou para a transmutação do regionalismo pós-liberal para o regionalismo atual, com características do regionalismo aberto, relativo às tomadas de decisões frente ao bloco. São duas as hipóteses levantadas, a primeira diz respeito à cessão de benefícios direcionados a essa elite, fazendo com que as expectativas não fossem mais atendidas e tomando como única solução a mudança do posicionamento do governo em relação à integração. A segunda, baseada em estudos de mudanças de comportamento eleitoral sob a perspectiva sociológica, defende que ocorreu o anseio pela modificação da condução política que era tomada pelos governantes, tornando assim, parte da elite favorável a uma política externa bilateral, devido à insatisfação com meios multilaterais seguidos na integração regional. Ambas as hipóteses são convergentes ao assumir a importância deste grupo como influenciador à tomada de decisão pelos dirigentes da integração regional (presidentes e governantes). Este estudo apresenta natureza de pesquisa teórica possuindo como base lógica de investigação o método hipotético-dedutivo e qualitativo, cujas análises se darão através de dados secundários e primários.

PALAVRAS CHAVE: Mercosul; Elites Econômicas; Elites Empresariais; Integração Regional; Regionalismo Pós-Liberal; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This research aims to study the influence of the business elites on the governments of Lula and Temer in the integration process of The Common Market of the South (Mercosur). Thus, the proposal of this article is understanding how this group swayed to a transformation from post-liberal regionalism to current regionalism, with open regionalism features, with regard to decision-making in relation to the block. There are two hypotheses raised, the first one concerning the cession of benefits targeted to this elite, doing with their expectations were not fulfilled and resulting as the sole solution the position change of the government in relation to the integration. The second, based on studies of electoral change behavior under sociological perspective, advocates that occurred the desire for changing the political conduct that was taken by the government, thus becoming part of the elite favorable to bilateral foreign policy, due to dissatisfaction with the multilateral measures followed in the regional integration. Both hypotheses are convergent in assuming the importance of this group as an influence on decision-making by the leaders of regional integration (presidents and governors). This study presents the nature of theoretical research having as a logical basis of investigation the hypothetical-deductive method, whose analyzes will be done through secondary and primary data.

KEY WORDS: Mercosur; Economic Elites; Business Elites; Regional Integration; Post-Liberal Regionalism; Brazilian Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) surgiu em 1994, a partir do Tratado de Assunção, estabelecido em 26 de março de 1991, e teve, inicialmente, como Estados - partes: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de contar com a posterior entrada da Venezuela, que no momento se encontra suspensa, e como Estados-associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. O bloco tem como objetivo concretizar a integração de políticas de âmbito regional, aumentar a densidade dos vínculos econômicos e comerciais, bem como, ampliar a comunicação atinente a condições geográficas e de passado comum entre os países que o compõem (IRACHANDE, 2010).

Com base na história do bloco em conjunto com a influência da elite brasileira e a teoria neofuncionalista de Ernest Haas, o estudo busca respostas ao seguinte questionamento: Como as elites empresariais influenciaram a integração do Brasil ao Mercosul ao longo dos governos Lula e Temer nas primeiras décadas do século?

A questão visa confrontar ações advindas das classes com maior poder aquisitivo em relação ao distanciamento do bloco, com enfoque nesse processo nos governos Lula e Temer. A monografia possui natureza de pesquisa teórica, utiliza como base lógica investigativa o método hipotético-dedutivo e qualitativo, análise de dados secundários e primários.

O artigo foi realizado por meio de revisões bibliográficas com base no livro de Marcelo Fernandes de Oliveira “Mercosul: atores políticos e grupos de interesse brasileiros” contando, também, com as obras de Regiane Nitsch Bressan “A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites” (tese de doutorado), “A projeção internacional do Brasil: 1930-2012” de Paulo Fagundes Visentini e “O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto” de Flávia Guerra Cavalcanti.

Para o meio acadêmico, a contribuição desse estudo, é mostrar a relação entre a teoria neofuncionalista de Haas com a intensificação, e desestímulo, das elites frente ao Mercosul, além de estabelecer relações entre esses dois fatores. Para a sociedade, o trabalho tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre o poder das elites empresariais relativas às decisões políticas tomadas pelo governo brasileiro, no que diz respeito ao bloco regional, que afetam, diretamente, a economia.

A divisão estrutural do trabalho é composta por quatro seções: a primeira apresenta o surgimento do Mercado Comum do Sul, seguida pela segunda seção que explana a Teoria Neofuncionalista de Ernest Haas; a terceira seção tem por objetivo analisar a política externa dos governos Lula e Temer e, por fim, a quarta e última seção, visa relacionar a teoria neofuncionalista com a relevância das elites no Mercosul, bem como, a maneira como isso ocorre.

O estudo pretende elucidar questões acerca das ações advindas das elites brasileiras no processo de afastamento do bloco nos governos Lula e Temer e permite entender como a ação e preferência das elites por um determinado governo pode afastar ou aproximar o país a cooperações que visem maior integração regional.

O Mercado Comum do Sul

Em decorrência da crise mundial da década de 1980 na América Latina, que ficou comumente conhecida como “década perdida”, ocorreu a estratégia de reaproximação Brasil-Argentina que visou o estabelecimento de interesses tanto políticos - devido à recente saída do período ditatorial -, quanto econômicos - instituídos desde o fim dos anos 70. Nesse período, foi estabelecido o acordo de Itaipu e surgiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a qual desencadeou a integração regional e reforçou a economia causando convergências de ideais entre as classes empresariais dos dois países.

A reaproximação objetivava uma cooperação desenvolvimentista por meio das esferas econômicas, políticas, tecnológicas, científicas e de segurança com o objetivo de alcançar o fortalecimento da economia nacional de ambos os países expandindo o mercado e, por consequência, elevar a capacidade de produção conduzindo, assim, a abertura comercial fora das escalas latino-americanas possibilitando a inserção na competitividade global (OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Em 29 de novembro de 1988, houve a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, que tinha como finalidade a instauração de um espaço comum que contava com a retirada de tarifas cambiais e a cooperação entre políticas macroeconômicas, ação definida por Bela Balassa (1982, p. 13) como “união aduaneira”, que levou as elites nacionais a um ideal político e econômico, e conduziu a eleição dos governos com esse viés no fim dos anos 80.

O Mercosul foi criado em 26 de março de 1991, por meio do Tratado de Assunção e a formação composta por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para construir um mercado comum a longo prazo, uma união aduaneira em cinco anos e uma área de livre comércio que visou resultar em maior aproximação entre os países que compunham o bloco. O tratado, segundo o site oficial do Mercosul, estabeleceu maior aprofundamento integracionista com o propósito de promover um mercado comum aliado a livre circulação de bens e serviços, institucionalizou a Tarifa Externa Comum (TEC) e criou uma política comercial comum a todos os membros.

Segundo Oliveira “a integração foi o resultado natural da confluência do projeto político de adensamento das relações com as exigências da conjuntura econômica internacional, marcada pelo duplo condicionante da globalização e do regionalismo” (2003, p.68), nesse sentido, o bloco surgiu como forma de inclusão de países do terceiro mundo no polo global.

Em 1994, ainda sob a luz de Oliveira (2003, p. 74), foi estabelecida a estrutura institucional do bloco que tinha por objetivo abarcar atividades que não constavam no tratado e que poderiam ser realizadas pelos Estados membros, culminando na criação de legitimidade e em formas de controle de abusos que facilitam a identificação da ação e, em casos de irregularidades, permitem a execução de punições cabíveis. Essa medida veio como forma de complementar o Tratado de Assunção, a qual ficou conhecida como “Protocolo de Ouro Preto”, e ofereceu personalidade jurídica de direito internacional ao Mercosul.

Tal protocolo criou a Comissão de Comércio Exterior, rearranjou a Comissão Parlamentar Conjunta e gerou o Fórum Consultivo Econômico-Social, colocando como órgão decisório o Conselho Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. O tratado também estabeleceu que o sistema de decisões fosse realizado por meio da presença e do consenso entre os membros, introduziu um sistema de solução de controvérsias e, por fim, decretou os idiomas oficiais do Mercosul como sendo a língua portuguesa e espanhola (MARIANO, 2000, p.7).

Assim, o bloco foi criado por meio de um processo econômico de regionalização resultante da cooperação regional com bases sociais e culturais para a promoção de sua evolução, entende-se também que, as transformações na estrutura global financeira durante 1980 e o avanço da integração europeia acrescentaram nas modificações

políticas que ocorriam na América Latina, aflorando a contenção de poder econômico e político que ocorriam desde 1970 (OLIVEIRA, 2003).

A teoria neofuncionalista de Ernest Haas

Conceito de integração regional

Antes de adentrar a teoria de Haas é necessário explanar o conceito de integração regional, do qual o autor utiliza para desenvolver sua tese.

Existem várias linhas teóricas que dão significado ao termo “integração regional”. O neofuncionalista Karl Deutsch o define como um conglomerado de instituições e práticas em determinado território que visam garantir a proteção contra a anarquia e conflitos bélicos para que se estabeleçam mudanças pacíficas para a nação envolvida (BRAILLARD, 1990).

O autor Bela Balassa (1982, p. 13), citado anteriormente, trata a integração regional levando-a a esfera econômica e estabelece cinco etapas para seu “fim ideal”. A primeira etapa se trata da “Zona de Livre Comércio”, em que há eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias favorecendo assim a livre circulação de bens e serviços entre os países participantes, bem como, a criação de um controle alfandegário como forma de impedir o desvio de comércio e o surgimento de instituições intergovernamentais. A segunda etapa é definida pelo autor como “União Aduaneira”, quando os países adotam uma tarifa externa, políticas comerciais comuns e promovem o aprofundamento das instituições que agora passam a ser mais burocratizadas. A terceira etapa constitui-se do “Mercado Comum”, em que se instaura a liberdade de bens, serviços, capital e trabalho, há também o início da formação de instituições supranacionais e a coordenação de políticas macroeconômicas. A quarta etapa estabelece a “União Econômica” com a introdução da integração das políticas macroeconômicas entre os países membros, instauração de moeda comum a todos eles, ampliação entre instituições supranacionais e intergovernamentais e alinhamento de uma política externa comum. A quinta, e última, etapa, segundo Balassa (1982), é a fase final da integração, nesta há uma economia unificada, criação de autoridade supranacional aliada à união política com descentralização administrativa.

O teórico neofuncionalista Haas, também, adota uma definição para o termo. O autor considera que a integração somente ocorre quando os critérios e as expectativas das elites são satisfeitos. Assim, se as expectativas das elites principais necessitarem de

mudanças que apenas serão alcançadas por meio da integração, ela será concluída. Ademais, o autor pontua que a integração surge voluntariamente por parte dos Estados, portanto, excluindo qualquer meio de coação para o estabelecimento de relações com outros membros que participem do processo, afirmando ainda que a integração não pode ser visualizada como condição, mas sim como parte de um processo (HOFFMAN, 1963).

No entanto, neste ensaio, será adotada a definição de que as integrações regionais são fenômenos que surgem por meio da criação de “sistemas de autoridade e controle a fim de administrar, em melhores condições, o aumento das relações de interdependência do sistema internacional, mas partindo do adensamento dessas relações no nível regional” (MARIANO, 2015, p. 88).

As teorias de integração regional

A teoria neofuncionalista de Haas tem como base os estudos teóricos de David Mitrany que elabora a Teoria da Ramificação, no ano de 1943.

Mitrany (1948) defende que a integração regional se estabelece devido ao surgimento de problemas compartilháveis entre os Estados, conduzindo naturalmente, a uma proximidade das elites técnicas que leva a uma integração através de instituições, assim, conforme a cooperação – estabelecida visando à solução de impasses -, traz resultados vistos de maneira positiva, o ideal cooperativo se amplifica, ocasionando na necessidade de colaboração funcional em diversos setores estatais. Dessa forma, os Estados compartilham seu poder soberano em questões específicas como forma de alcançar resultados positivos, caso a integração tenha bons resultados. Segundo Bressan (2012, p.46), a visão do autor mostra positivamente a redução do Estado para que se atinja o aumento do comércio internacional aliado à interdependência interestatal e intensifica a supranacionalidade no meio integracionista.

Ainda, de acordo com Bressan, os neofuncionalistas:

Defendem que os níveis altos de interdependência estabelecem o ritmo de um processo contínuo de cooperação que leva à integração política. O caráter de supranacionalidade é entendido como meio mais efetivo para resolver problemas comuns. O processo de integração inicia-se pelas questões técnicas e menos contraditórias, conduzindo para redefinição do grupo em torno da unidade regional. Quando preparado, tal grupo aprofundaria o processo de integração, através da pressão de determinados grupos de interesse da opinião pública, e da socialização da elite. Por fim, a integração tornar-se-ia auto sustentada, já que os passos iniciais da integração demandam mais integração (BRESSAN, 2012, p. 46).

O teórico neofuncionalista Ernest Haas (1963), principal autor da corrente, acredita que as elites são imprescindíveis no que tange ao processo de integração regional. O autor amplia o grau de importância desse grupo econômico em uma espécie de verticalização em que no topo se concentra o núcleo funcional que é composto pelo governo, burocracias especializadas e elites; abaixo, elites políticas; seguida por elites empresariais, que segue por um conjunto de outras elites empresariais; elites intelectuais; elites da mídia e sindicais; logo em diante têm-se grandes lideranças da sociedade civil e lideranças locais (religiosas, partidárias, institucionais etc.) e por fim, na base, encontra-se a sociedade civil¹.

Assim, a integração passa pela transferência, por parte dos atores políticos que compõem a nação, do ente estatal de “expectativas e benefícios” para um núcleo supranacional, incumbindo à lealdade que pertencia ao Estado para um novo centro, aumentando a satisfação e suprindo as expectativas das elites. A lealdade transferida é realizada de forma gradativa, ou seja, de uma elite que estimula a integração para os demais grupos que compõem a pirâmide vertical – como mencionado acima - até que se chegue à sociedade, culminando em um termo que o autor adota para sua teoria chamada *spillover* ou, em tradução livre, derramamento.

O *spillover* parte de um núcleo funcional estimulado pelas elites que entram em consenso para que se realize a integração, gerando uma percepção positiva da integração e se esparramando para os demais grupos da pirâmide. Essa ação estimula diversos grupos com diferentes interesses que procuram meios autônomos e satisfatórios para participar dos processos integrativos, tanto positivos quanto negativos, logo, Haas defende que a principal forma de controle dos grupos sociais contrários é através das lideranças que influenciam esses grupos (HOFFMAN, 1963).

O “derramamento” conduz a uma burocracia supranacional que estaria responsável por “administrar” problemas, termo adotado por Bressan (2012, p.48), no que tange à integração se tornando autônoma da vontade política dos governos de forma natural, diminuindo a soberania estatal até que alcançasse seu fim.

Em resumo, o dinamismo do “derramamento” ocorre em uma espécie de etapas. Primeiro, o núcleo funcional conquista apoio e amplifica o processo, provocando nos representantes e nas elites – principais transmissores do *spillover* - a condução positiva

¹ Fala da Prof^o Dr. Regiane Nitsch Bressan na disciplina de Integração Regional, da Universidade Federal de São Paulo, em 2 de set. 2019.

da cooperação. A etapa segue com a percepção, por esses grupos, da elevação dos benefícios frente aos custos na integração, influenciando as instituições centrais a favor da ação. O processo, então, ganha maior credibilidade por parte dos grupos, que anteriormente se posicionavam contrários à integração, e que agora passam a defendê-la fazendo com que se criem maiores expectativas e demandas favoráveis. A etapa final seria dada quando houvesse a consagração da “continuidade dos benefícios para os interessados que formam a base do processo” (BRESSAN, 2012, p. 48), por parte do governo.

Segundo a análise de Bressan (2012, p. 49), para Haas existem quatro motivações para que ocorra uma integração regional:

1. Defesa contra uma ameaça comum;
2. Cooperação como forma de busca de desenvolvimento econômico visando o bem-estar da nação;
3. Controle de nação mais forte sobre os aliados;
4. Desejo de supranacionalidade.

O conceito do termo “elite”

De acordo com Mosca, “em todas as sociedades, desde as parcialmente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas, aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p.51). Embora na democracia existam diversos tipos de grupos de elites, como econômico, político e cultural, elas sempre hão de se formar. Esse grupo é caracterizado como os que lideram pelo meio econômico, político, ideológico ou social, qualquer tipo de sociedade. Ainda sob a luz de Mosca (1966), em quaisquer desses corpos sociais haverá governantes e governados, ou seja, uma classe responsável por dirigir classes subalternas – elites – e uma classe que faz o papel de subordinados, ou seja, a classe dirigida – a massa.

Como aborda Bressan (2012, p.31) “a organização presente na classe dos governantes seria interpretada como o estabelecimento de um conjunto de interesses comuns”, que resultaria na formação de um grupo único de mesma classe política contra os subordinados, caracterizada por ser desunida. A classe política iria conduzir o governo para o cumprimento dos seus próprios fins.

A hierarquia estatal, como afirma Max Weber (2011, p.57), por si só estabelece uma relação de dominação devido ao poder da violência legítima. Logo, é importante abordar que dominação e poder se transformam em termos convergentes e, por conseguinte, a palavra ‘poder’ passa a ser analisada sob três óticas no que tange a desigualdade de recursos, de acordo com Lima (2014, p. 12): o que se origina da força física, seguida pelo que vem do gozo de bens materiais e aquele que detém o conhecimento.

A Teoria das Elites, elaborada pós-revolução industrial, explicita, verdadeiramente, o pensamento elitista e de oposição à igualdade social. Ortega y Gasset, um dos pensadores que compõem o eixo dos teóricos elitistas, segmentou a sociedade no que chamava, segundo a análise de Lima, de “classes de indivíduos” (LIMA, 2014, p.14). Existiriam as “classes de homens”, contrariando o que nomeamos como “classe social”.

Essa dita “classe de homens” seria composta pela elite constituída por um pequeno grupo seletivo e, no que se refere a massa, Ortega y Gasset, trazendo luz a Teoria das Elites, classifica como “pessoas com médio nível mental” justificando essa divisão devido à superioridade intelectual daqueles que pertencem ao topo hierárquico socioeconômico e ao modelo de pensamento, almejando a busca insaciável por responsabilidades, deveres e melhorias relativas ao modo de viver, logo, a melhor forma de governo seria comandada por elites. Essa ideia é reforçada, segundo Nietzsche (1998), ligado à mesma linha de pensamento, na diferença natural entre fracos e fortes, em que existem aqueles caracterizados com pensamento de senhor e os que possuem moral de escravo.

Segundo Dahl (1989), dentro do processo eleitoral há a existência de pluralismos os quais resultam na presença de minorias ativas que se alternam no poder e que garantem o controle social e de seus objetivos. O autor ainda enfatiza que dentro da democracia, mesmo com mecanismo de igualdade propostos pelas cartas constitucionais quanto às disputas políticas, as quais definem como “normas prescritas que influenciam a distribuição, os tipos e métodos legítimos de controle” (DAHL, 1989, p. 134), haverá desigualdade entre grupos resultando, em dado momento, na exclusão de determinado grupo do processo. Assim, parte desses grupos ativos é constituído pelo o que nomeia como “estrato político”, cuja principal característica diz respeito à alternância nos

mecanismos de poder e a alta influência destas em um ou demais setores que podem, ou não, contemplar os interesses da maioria.

Ainda Putnan (1977) reforçou que para a garantia que os interesses vindos das elites sejam cumpridos, bem como, para manter a circulação dessa minoria no poder é necessária à representação das elites administrativas que atuam como fiéis aliadas das elites políticas, devido à responsabilidade de elaboração de leis e burocracias que asseguram o exercício de poder.

Assim, teóricos da corrente neofuncionalista sustentam que a participação desse grupo político é fundamental para a condução de processos da integração, desde o seu desenvolvimento até a obtenção de consenso em todas as camadas da sociedade sendo principais atores para impugnar ou não o processo e, também responsáveis por influenciar, devido ao fortalecimento do consenso de relações no grupo, o apoio da opinião pública e formulações de políticas externas e internas (BRESSAN, 2014).

Do regionalismo aberto ao pós-hegemônico

Em relação ao processo de integração na América do Sul, no decorrer do século XX e entrada no século XXI, há duas primordiais etapas: o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal. No que se refere ao regionalismo aberto, uma das principais motivações para o modelo integracionista vindo dos Estados membros se caracterizava “pelas similaridades geográficas, culturais, econômicas e sociais das regiões” (BUENO; OLIVEIRA, 2015, p. 115).

O liberalismo econômico fundamentou a integração durante o século XX e início do século XXI, assim a economia foi o principal pêndulo na criação de agendas políticas advindas do Estado.

No período Pós-Guerra Fria, em meados dos anos 1990, a crise econômica e as instabilidades políticas foram cercadas pelo que a proposta neoliberalista tentou amenizar. Logo, em um primeiro momento, houve o incentivo às integrações regionais que priorizassem aberturas comerciais unilaterais entre o mundo globalizado, abrindo espaço ao livre mercado a fim de que se alcançasse o desenvolvimento. Em suma, esse modelo de cooperação, instituído pelos países participantes, facilitaria processos comerciais.

Entretanto, o *boom* de iniciativas regionais culminou na vulnerabilidade do sistema nos anos 1980, por “não haver autoridade para tomada de decisões” (CORRÊA,

2015, p.40). Em 1989, o Consenso de Washington concebeu medidas de cunho liberal com o objetivo, segundo o Consenso, de melhorar a colocação no meio internacional dos Estados e não Estados, como multinacionais e ONGs.

Essas medidas criaram o conceito de “regionalismo aberto” que objetiva abertura econômica, como já propunha o liberalismo, “aliado ao elemento preferencial dos países membros dos grupos regionais” (CORRÊA, 2015, p. 42), resultando no aumento da competição e eficiência, bem como, atenuando os impactos da globalização instaurada, promovendo a abertura e o encaixe dos mercados domésticos dos países sul-americanos por meio das organizações regionais em conjunto com a adesão de normas comuns para os países sul-americanos de forma direta em serviços, intervenções, salvaguardas, propriedades intelectuais, coordenando, de certo modo, uma política comercial comum.

No entanto, ainda havia um desequilíbrio integracionista, que se tornou importante para o liberalismo comercial entre os países que faziam parte do acordo e, no campo político, a adesão às políticas comuns se fez quase imperceptível, dificultando muitas negociações. O nível de relevância dado à quebra de barreira na área comercial, se comparado a políticas de desenvolvimento, resultou, segundo Corrêa (2015), na falta de exploração potencial nas áreas de políticas de ciência e tecnologia, infraestrutura, inovação, política regional e desenvolvimento produtivo.

O declínio do “regionalismo aberto” amparou-se, embora com prioridade, a questões comerciais, rendimentos econômicos insuficientes e a questões sociais insignificantes, que se tornaram ainda mais perceptíveis durante as crises asiáticas, de 1997, brasileira, de 1998, e argentina, em 2001 (CORRÊA, 2015).

Assim, durante os anos 2000, houve a volta do conceito de “desenvolvimentismo”, devido à insuficiência liberal que se perpetuava na economia latino-americana. Com a eleição de candidatos progressistas houve um renascimento do apoio à economia nacionalista e o suporte do “regionalismo pós-hegemônico”, reunindo temas integracionistas e antiliberalismo. Ocorreu, dessa forma, a “passagem do regionalismo aberto” para o “regionalismo pós-hegemônico/pós-liberal” (CORRÊA, 2015).

O regionalismo pós-hegemônico/pós-liberal, segundo Rios e Veiga (2007), se caracteriza por ser um intermédio entre ações com caráter “desenvolvimentista” quanto à política interna, a formação de agenda política com duras críticas ao liberalismo e a

prevalência de coalizões com países cujo aspecto político seja comum. Esse fenômeno é aderente ao protecionismo, expansão da agenda nacionalista econômica e comercial, apoio infraestrutural, econômico, cultural e ambiental, combate à pobreza, desigualdade e exclusão social e crescimento de integração internacional por meio da ampliação multilateral e de negociações regionais.

A reformulação surgiu devido à necessidade de mudança de visão em relação aos campos políticos, econômicos e sociais no mundo, sobretudo nos países latino-americanos e, conseqüentemente, com base nas eleições de políticos com ideologias progressistas, acarretando novos ideais e perspectivas, mudando o cenário característico dos anos anteriores. Como Corrêa afirma, “o período pós-hegemônico representou um momento limítrofe ao liberalismo, este último aditado por ideais e políticas concernentes ao desenvolvimento social, ação comunitária e novas reformas organizacionais” (CORRÊA, 2015, p. 48).

O regionalismo pós-liberal deu entrada a negociações multilaterais comerciais em razão da reconfiguração política e estimulou maiores debates referentes a políticas de desenvolvimento que se sobressaíam aos interesses em nível comercial.

Agora os países seguiam a linha do nacionalismo econômico que ligavam agendas de políticas que procurassem reduzir a pobreza e desigualdade, dando maior enfoque ao suporte de causas sociais e domésticas.

Desse modo, ocorreu maior preocupação quanto a integração regional que culminou no aprimoramento do Mercosul, ampliando diversas estratégias de forma a dar entrada no campo internacional (CÔRREA, 2015).

Embora tenha ocorrido mudança no modo de pensar no que concerne à abertura de mercado, manteve-se os objetivos relacionados ao equilíbrio fiscal e de conciliação macroeconômica interestatal. O Mercosul, por exemplo, continuou com os esforços de alinhar as metas nesse campo estabelecendo, de maneira conjunta, anseios de inflação e variação da dívida fiscal líquida do setor público.

A forma correta de denominação desse momento, segundo Corrêa, se caracterizou como “regionalismo pós-liberal”, no entanto, alguns autores divergem na concordância dessa denominação devido ao fato de que o liberalismo não se encerra nas regiões, anulando o sentido de “pós-liberal”. Mesmo com as mudanças político-ideológicas ainda há relações comerciais interestatais que atuam, conjuntamente, com a queda de barreiras comerciais dos países latino-americanos (CORRÊA, 2015, p.52).

Portanto, “regionalismo pós-hegemônico” torna-se mais eficaz, espelhando a convergência no âmbito ideológico dos países.

Diversos estudiosos afirmam que houve considerável impacto na transição do regionalismo aberto para o pós-hegemônico que reforçou, fortemente, nos países latinos, a soberania devido à ascensão da corrente ideológica de esquerda, aliado a organizações intergovernamentais e a sociedade civil “impulsionando a identidade latino-americana no sistema econômico internacional” (CORRÊA, 2015, P. 52).

Mercosul na política externa dos governos Lula e Temer

Governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva sucedeu, com mais de 52 milhões de votos, Fernando Henrique Cardoso. O então presidente contava com o apoio de bases sindicais oriundas do Partido dos Trabalhadores, uma ampla parcela provinda da classe média que havia sido afetada pela política anterior, segmentos das Forças Armadas, políticos e o empresariado nacionalista, isso devido à necessidade da diminuição do desemprego, violência e aumento da economia produtiva, pontos que ficaram à deriva devido à política liberalizante do governo anterior (VISENTINI, 2013, p. 111).

A estratégia ligada à política externa do novo governo, que tinha à frente do Ministério das Relações Exteriores o Embaixador Celso Amorim, Samuel Guimarães Rosa como Secretário-Geral e Marco Aurélio Garcia como assessor de assuntos de relações internacionais, foi definida, por alguns teóricos, como “regionalismo pós-hegemônico” (CAVALCANTI, 2019, p.71) e relacionava-se, segundo Visentini (2013), a três dimensões: a primeira de cunho realista ligado à diplomacia econômica, seguida por uma política de programas sociais que se associou a resistência devido à ligação de Lula à classe trabalhadora e, por fim, a terceira dimensão, que se ligava a “outra forma de fazer política” (VISENTINI, 2013, p. 112).

Visentini denominou a primeira dimensão como “caudatária” (2013, p. 112), devido à manutenção de contatos com países desenvolvidos como modo de obtenção de investimentos, tecnologia, negociação da dívida externa - que naquele momento estava em alta -, e como maneira de passar segurança quanto a não ruptura do modelo macroeconômico já instaurado. No entanto, como o autor afirma, essa dimensão foi equilibrada com a postura negociante com organizações internacionais financeiras multilaterais, aliada à preservação da soberania do Estado, bem como, a ampliação do

poder de influência brasileira que estabeleceu maior importância ao Mercosul, a aproximação sul-americana e as relações com o continente africano e países emergentes. O governo conseguiu aprofundar relações com a União Europeia e salientou a relevância das organizações internacionais, construindo, dessa forma, como afirma Cepaluni e Vigevani, uma “autonomia pela diversificação” (2007, p. 283).

Essa postura do primeiro mandato de Lula expandiu-se ao segundo com:

Aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; retomada e estreitamento das relações com os países africanos; campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007, p. 283).

Um das primeiras agendas políticas de Lula foram relativas à tomada das relações Sul-Sul, isso devido à postura universalista do governo, seguida pela globalização como forma de forçar o país a estabelecer relações de interdependência com outros países, contrariando a política anterior.

Um dos atos iniciais do seu governo foi a sugestão do chamado Grupo de Países Amigos da Venezuela para trabalhar em conjunto com a OEA, com objetivo de procurar soluções para a crise do país. O grupo era composto por Brasil, Estados Unidos, México, Chile, Espanha e Portugal, o qual Celso Amorim o referiu como sendo uma “vitória diplomática” (GRUPO...,2003). Essa iniciativa aproximou o governo estadunidense ao governo brasileiro como forma de conter a influência brasileira no continente sul-americano, estabelecendo relações de cooperação (VISENTINI, 2013, p. 114).

Quanto às relações com Paraguai e Uruguai, também ocorreu uma perceptível evolução com o governo brasileiro demonstrando uma postura reativa para que todos chegassem a uma solução. O Brasil, durante a gestão de Lula, no ano de 2007, participou da criação do Fundo de Convergência Institucional (FOCEM), no qual a maioria dos projetos debatidos eram direcionados ao Paraguai e Uruguai, fortalecendo ainda mais a representação paritária no Parlamento do Mercosul que ganhou, em 2004, “poder negociador para conduzir as tarefas necessárias para a instalação do Parlamento do Mercosul” (ALEXANDRE; LEITE, 2007, p. 17).

Ainda nas relações com Paraguai, em 2007, houve a assinatura de tratado da dívida do Paraguai referente à Itaipu como forma de extinguir o reajuste, medido de acordo com a inflação estadunidense. Ocorreu também à formação do Grupo Bilateral de Defesa Brasil-Paraguai para a defesa e forma de contenção das facções criminosas, armas e drogas.

Em relação à Argentina, houve forte aproximação de ambos os países, posterior à alteração política de Kirchner, que se distanciou do neoliberalismo e reforçou políticas de investimentos públicos e ações de combate à pobreza, além da aproximação relativa ao Brasil e ao Mercosul.

Segundo Visentini, naquele momento foi possível observar “o retorno da América do Sul ao protagonismo diplomático e ao processo de integração” (VISENTINI, 2013, p. 115) e enxergar o Mercosul como bloco de nível de investimentos.

Lula associou-se, em 2004, a Comunidade Andina (CAN), e logo após firmou, junto ao Mercosul, o Acordo de Cooperação Mercosul-CAN no marco da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (ALEXANDRE; LEITE, 2007, p. 22), por fim, em meados de 2005 foi realizada a I Reunião de Presidentes da América do Sul, originária do surgimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que tinha por objetivo dar maior relevância a projetos que visassem maior eficiência em território sul-americano, destacando integração física e energética. Nesse período, houve considerável crescimento - 18% maior que no ano anterior - relacionado ao desembolso do BNDES, atingindo 47 bilhões, em 2005, contra 40 bilhões, em 2004, sendo “R\$ 46,98 bilhões destinados ao financiamento de investimentos de médios e longos prazos e a exportações enquanto R\$ 105 milhões foram aplicados no mercado secundário” (BNDES, 2005), investimento, principalmente, relacionado a projetos de ligações inter-rodoviária e energética, como mencionado anteriormente, devido à necessidade do incentivo ao comércio e do desenvolvimento, com destaque em investimentos no segmento mecânico, totalizando R\$ 2,8 bilhões, elevando em 163% do ano anterior, seguido pelo setor comercial e serviços com crescimento de 22% e infraestrutura com 13% (BNDES, 2005).

O Brasil, quando estabeleceu relações econômicas e institucionais com os países do Sul - como no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a atuação na Cúpula América do Sul-Países Árabes - se apresentou como membro do Mercosul

realizando, de certo modo, alianças para o bloco regional durante o governo Lula. Segundo Alexandre e Leite ocorreram:

Acordos preferenciais de comércio firmados entre Mercosul e Índia, Mercosul e União Aduaneira da África Austral (Sacu, na sigla em inglês), além das negociações em andamento com Egito, Marrocos e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, que agrupa Bareine, Kuaite, Catar, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) (ALEXANDRE; LEITE, 2007, p. 23).

Dessa forma, acordos negociados auxiliaram no fluxo comercial e no estabelecimento de relações cooperativas do bloco. É possível observar a correlação com as negociações comerciais multilaterais, que aproximou os parceiros do bloco, principalmente, devido ao protagonismo brasileiro frente à Organização Mundial do Comércio, juntamente à China, África do Sul e Índia, na formação do G-20, em 2003, que abarcou os membros do Mercosul, bem como, Bolívia, Chile e Venezuela e associados, estabelecendo assim maior relação entre países do Sul e, conseqüentemente, queda da dependência dos países desenvolvidos, especialmente, no que diz respeito à questões agrícolas.

De modo geral, o governo Lula, com políticas regionalistas pós-hegemônicas, trouxe maior flexibilidade no que se refere às relações Sul-Sul, bem como, reestabeleceu o bloco, abandonado durante os governos anteriores, que resultou na retomada do crescimento que foi aprofundado, mesmo durante a crise emergente nos períodos de 2009 e 2010, e conduziu, sob a luz de Visentini (2013), a integração a deixar a “forma virtual” para relações reais.

O governo Temer

Em 31 de agosto de 2016, após a conclusão do processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, assume interinamente seu vice, Michel Temer, que terminou o mandato em 31 de dezembro de 2018.

A entrada do então presidente culminou em mudanças significativas para a política externa brasileira, alterando-a de regionalismo pós-hegemônico para regionalismo aberto, a qual foi, principalmente, propagada pelos ministros das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira e José Serra (CAVALCANTI, 2009, p. 70).

O ideal de José Serra ao regionalismo aberto tornasse evidente ao apresentar, em seu discurso de posse, a chamada “Nova Política Externa”, em que afirmou:

Precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar, de promover uma prosperidade compartilhada e continuar a construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacífico, que envolve três países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia, mais o México (ITAMARATY, 2018).

Segundo Cavalcanti (2019, p. 90), Serra ao apontar o fortalecimento comercial entre os Estados partes do Mercosul faz referência ao abandono da, então existente, União Aduaneira para retorno à etapa anterior de Bela Balassa, nomeada como Zona de Livre Comércio (1961), a qual foi reforçada com o encontro de Serra com Alfonso Dastis – então ministro das Relações Exteriores da Espanha -, em 23 de novembro de 2016, como meio de aproximação da União Europeia, da Aliança para o Pacífico e, também, para estimular negociações de livre comércio entre Mercosul e o bloco europeu.

O encontro estabeleceu a redução de impostos alfandegários, remoção de barreiras ao comércio de serviços e aprimoramento das regras relacionadas às compras governamentais, bem como, promoveu a instauração de procedimentos alfandegários, barreiras técnicas ao comércio e a proteção à propriedade intelectual.

O plano de política externa apresentado por José Serra também propôs a mudança de eixo multilateral para bilateral, alinhamento aos Estados Unidos e reaproximação com a Organização dos Estados Americanos, estabelecendo assim, no que diz respeito às parcerias com países do Sul, relações somente “mercadológicas” (CAVALCANTI, 2019, p. 90), promovendo a substituição da cooperação Sul-Sul, priorizada nos governos anteriores, pela relação Norte-Sul.

A política bilateral, no que tange os países do sul, se iniciou com a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina que tinha como objetivo proporcionar “ocasião para reflexão conjunta sobre medidas destinadas a revigorar o Mercosul nos planos internos e externos” (MRE, 2017) o que, posteriormente, culminou na convergência de ambos ao abandono da UNASUL e ao distanciamento em relação a Venezuela, mostrando, nesse último, total alinhamento referente às políticas norte americanas.

Outro fator marcante relacionado às relações bilaterais Norte-Sul ocorreu com a reaproximação brasileira junto ao México na reunião de cúpula de Puerto Vallarta (México) e o restabelecimento do Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE

53), que objetivava o acesso a mercados e comércio, bem como, a facilitação de regras de origem, dissolução de possíveis barreiras comerciais, compras por parte do governo, serviços e soluções de controvérsias.

Importante salientar que ocorreram acordos bilaterais com a Colômbia e o Chile de ordem econômica e relações instituídas com o BRICS - bloco dos países em desenvolvimento composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul-, esse último usado, por meio de seu banco para mecanismos de concessões e privatizações, reforçando assim as “relações mercadológicas” citadas por Calvacanti (2019).

Ainda sobre a apresentação da “Nova Política Externa”, realizada em Brasília, Serra alegou a necessidade de a diplomacia voltar “a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas” (MRE, 2017), contudo, ainda sob a luz de Calvacanti (2019), tal ato enfatizou o anseio ao ideal de integração somente no âmbito econômico por vias de livre comércio, indicando o abandono do regionalismo pós-hegemônico.

Serra foi substituído, em março de 2017, por Aloysio Nunes, que seguiu a agenda do ex-ministro e reforçou as relações Norte-Sul. Em abril do mesmo ano, houve assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul, que ficou marcado por representar a volta da agenda comercial do bloco.

Portanto, a política externa de Temer buscou privilegiar relações comerciais e econômicas que agradou, principalmente, grandes grupos empresariais, bem como, alterou o eixo de alinhamento, promovendo maior isolamento aos países latino americanos resultando na diminuição de políticas públicas sociais no que tange o setor interno do governo.

Atuação das elites empresariais no Mercosul e a discussão teórica

As elites políticas aliadas aos partidos políticos e grandes grupos de interesse, como visto em Haas, são atores importantes para dar andamento aos processos de integração.

Segundo Bressan (2015, p.253), assim que uma determinada elite adota uma prática que se relaciona diretamente a integração, há um fortalecimento dessa integração culminando, na maioria das vezes, em sua concretização. A autora ainda reitera que:

A materialização dos valores compartilhados consiste nos interesses comuns a serem sempre perseguidos pelas elites. A integração prospera quando seus dirigentes, ao perseguirem esses valores materializados, não dão grande importância à integração em si mesma, mas a concebem simplesmente, como um meio para alcançar outros fins desejados mais diretamente (BRESSAN, 2015, p. 253).

De acordo com Haas, para que a integração aconteça há a necessidade de que ocorram alguns benefícios iniciais, assim, o processo de *spillover*, que acontece por meio da persuasão dos outros níveis da pirâmide, transcorre de forma mais rápida, evitando uma possível desavença entre os níveis e promovendo a cooperação para o alcance dos objetivos da integração (HOFFMAN, 1963).

Ainda, sob o entendimento de Bressan, a autora traz um importante ponto para esse ensaio ao afirmar que Robert Putnam avança em seus estudos quando abarca a correlação entre o plano interno e internacional no tocante à atuação estatal. Putnam desenvolve a ideia de defesa nas duas esferas por parte dos representantes governamentais, ou seja, na esfera interna, grupos de interesse e elites pressionam o governo por suas preferências político-econômicas e, em contrapartida, os políticos, que detém o poder governamental, por sua vez, atendem a esses interesses. Essas ações são diretamente afetadas no plano internacional, em que os políticos, detentores de poder estatal, buscam atender às pressões domésticas feitas pelas elites, “minimizando as consequências adversas das negociações externas” (BRESSAN, 2015, p. 257).

No tocante ao Mercosul, a inserção das elites empresariais na tomada de medidas do bloco teve início com o surgimento do Conselho Industrial do Mercosul (CIM), em 1991, que tinha como principal objetivo conceder a liberdade ao empresariado a defesa de interesses e intervenções na formação do bloco (JÚNIOR, 2015, p. 192).

Nesse contexto brasileiro, Lula percebeu a importância das elites para o desenvolvimento de suas ações políticas-estatais que, em meados dos anos 2000, temiam a tomada de poder do governo do Partido dos Trabalhadores, embora uma parte da classe média já o tivesse como aliado. A política universalista de Lula, que defendeu fortemente as políticas sociais, se consolidou com alguns pontos do regime de política macroeconômica de FHC, principalmente, para manter as elites que já o tinham como aliado e, também, para trazer possíveis aliados para o seu governo, como analisam Teixeira e Pinto (2012, p. 922).

Contudo, durante o governo, foi possível observar a flexibilização na gestão da política econômica. Tal política acarretou, entre 2003 e 2010, no crescimento do PIB em 4,1% ao ano que, igualmente, refletiu nas contas externas da economia brasileira gerando superávits na balança de pagamentos, entre os anos citados, de US\$231,8 bilhões no acumulado, permitindo assim o saldo de dívidas com o FMI, acúmulo de reservas e redução do endividamento público externo (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A recuperação das contas brasileiras externas permitiu o deslocamento rápido da “massa de capital-dinheiro” devido à alta rentabilidade das aplicações em carteira e aumento de mercado interno, atraindo investidores estrangeiros em um cenário trágico para as economias estadunidenses e europeias. É importante ressaltar que:

As taxas médias de crescimento do PIB nos dois governos Lula (3,5% entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2007 e 2010) foram maiores do que as dos dois governos FHC (2,4% entre 1995 e 1998; 2,1% entre 1999 e 2002). Entre 2003 e 2010, o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados, – Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) – elevaram-se em 4,5% e 7,5% ao ano em média, respectivamente. A expansão do investimento acima do PIB implicou na elevação da FBKF de 15,3% PIB em 2003 para 19,5% em 2010 (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 924).

Dessa forma, ainda segundo Teixeira e Pinto, houve um aumento dos estoques de riqueza das elites da fração bancária financeira- nacional, internacional, produtora e exportadora de *commodities* geradas das políticas econômicas oriundas do governo Lula:

Entre 1995 e 2007, os lucros líquidos reais dos grupos econômicos de tal segmento cresceram 1.705,9% (de R\$ 2,0 bilhões para R\$ 36,1 bilhões), provocando aumento em sua participação em relação aos lucros totais (de 30,7% em 1995 para 44,0% em 2007) para uma amostra com os 300 maiores grupos econômicos do país (responsáveis por cerca de 40% da riqueza anual em média gerada no Brasil). Em 2007, esse setor passou a ter a maior participação, ultrapassando o segmento bancário-financeiro (33,5%) (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 928).

Assim, é possível analisar que com os benefícios adquiridos por grande parcela das elites - oriundos diretamente das políticas desenvolvimentistas aplicadas, relações Sul-Sul e o progresso do Mercosul -, houve maior apoio dessa minoria detentora de poder as ações tomadas pelo governo, a exemplo, o estabelecimento do IBAS, instauração de alianças multilaterais que promoveram maior visibilidade ao bloco, a aproximação com a Venezuela, entre outras.

No entanto, com a instauração de medidas mais duras vindas por solos argentinos, como certificados de exportação, devido às quedas relacionadas à produção interna e em exportações, a partir de 2009, ocorreram consideráveis reduções no que

tange às relações de exportação Brasil-Argentina entre 2009 e 2014 (BERRINGER, 2017, p.24).

Tais medidas, ainda sob a luz de Berringer (2017), conduziram ao aumento do descontentamento quanto às relações brasileiras com a Argentina promovendo reivindicações, por parte das elites econômicas, por uma “reinvenção” do Mercosul a qual teria como objetivo transformar o bloco em área de livre comércio devido ao forte protecionismo argentino que, por sua vez, favorecia o desvio de comércio para a China. Como pontuou Roberto Giannetti de Fonseca, ex-diretor de comércio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo (EMPRESAS..., 2009).

A instauração da política universalista vista nos governos anteriores e o equilíbrio entre a classe elitista e as mazelas mais pobres da sociedade não se repetiram no governo do presidente interino Michel Temer, isso devido ao descontentamento da elite empresarial com a política do governo de Dilma Rousseff.

Segundo Bastos (2015, p. 17), o principal objetivo de Rousseff foi “minimizar o *rentismo* com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital que, em suma, significou questionar o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio”.

Assim, tais medidas prejudicaram, especialmente, a elite financeira, devido ao fortalecimento de bancos públicos para a condução da redução de juros em empréstimos pessoais e empresariais, continuidade de programas sociais e de desenvolvimento dos governos lulistas, elevação de salários em meio ao encarecimento do dólar estreitando a rentabilidade da alta sociedade e a recusa da presidente em aplicar reformas de políticas monetárias e fiscais as quais vinham acompanhadas do aumento da taxa de juros defendidos pelo Banco Central desde 2013.

Quanto ao setor externo, com a queda das exportações Brasil-Argentina devido às medidas adotadas, no ano de 2011, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu, junto ao Ministério das Relações Exteriores, que fosse aberto um painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) para tomada de medidas de retaliações contra a Argentina, exigindo ainda que devido à importância do Mercosul para o comércio industrial, era necessário o Brasil se responsabilizar pela condução do bloco, dessa forma, normas seriam mais respeitadas auxiliando nas políticas de desenvolvimento (BERRINGER, 2017, p.25).

Nos anos seguintes, entre 2012 e 2014, viu-se o crescimento do descontentamento quanto ao bloco, principalmente, por parte de setores que representavam as elites empresariais, como FIESP e CNI, que exigiam a instauração da zona de livre comércio no Mercosul, impulsionando ideais de abandono da União Aduaneira (BERRINGER, 2017, p.25).

O ideal de implantação de zona de livre comércio no bloco também foi salientado em documento de posição da indústria, lançado pela CNI, no ano de 2017, relativo ao bloco sul-americano e à União Europeia. Segundo o documento, o abandono da união aduaneira possibilitaria ao país incremento estratégico de política externa, mostrando maior apoio ao setor privado que culminaria no desenvolvimento da economia nacional brasileira e, conseqüentemente, provocaria um aumento das exportações Brasil-União Europeia. Contudo, a mudança teria que ser acompanhada por reformas fiscais e estruturais devido a questões de custos e benefícios (CNI, 2017).

Somam-se a esses fatores, segundo Bastos e Hiratuka (2017), fortes críticas por parte das elites empresariais ao avanço do Mercosul ao “terceiro-mundismo”, que foi reforçada, segundo tais elites, com a aproximação e apoio a entrada no bloco, nos respectivos anos de 2012 e 2015, da Venezuela, devido a suspensão do Paraguai no mesmo ano, e Bolívia, bem como, a retomada de esforços por parte do governo para a estabilização da UNASUL; o fortalecimento de alianças Sul-Sul principalmente com a contribuição para a entrada da África do Sul no BRICS em 2011; a preferência de relações com a China em contraponto dos países mais desenvolvidos, como os pertencentes ao bloco europeu; aversão aos tratados neoliberais; a modificação da política cambial e monetária que passou a usufruir de controles de capitais e políticas de depreciação cambial as quais, a exemplo, afetaram a “competitividade industrial argentina” (BASTOS; HIRATUKA, 2017, p. 16) aumentando o protecionismo argentino e prejudicando as importações em câmbio de relações a longo prazo, o que incomodou o empresariado brasileiro e resultou na deposição e a posterior aprovação, mediante o governo Temer, de diversas reformas.

As junções desses fatos acarretaram, em meados de 2013, em uma série de ataques, por parte das elites empresariais, que questionavam a eficácia do bloco e que foram veiculados pela imprensa brasileira.

Um dos primeiros ataques decorreu de um evento chamado "Fórum Brasil-Estados Unidos", sediado pela FIESP em um simpósio para empresários, em que a

diretora da Universidade de Miami, Susan Kaufman, põe em xeque a eficiência de manter a integração alegando que o Mercosul distanciava o Brasil das nações mais desenvolvidas e que seria mais inteligente que o país deixasse o bloco, pois este era um entrave para negociações comerciais futuras (ASSUNÇÃO, 2013). No mesmo ano, em matéria da agência de notícias pertencente à CNI, empresários ameaçavam a permanência no bloco devido à instauração da Aliança do Pacífico, exaltando ainda maior liberdade provinda da zona de livre comércio e denegrindo a integração, mais uma vez, incitando que a continuidade no bloco prejudicava e prejudicaria negociações futuras (FALTA..., 2013).

No ano seguinte, a revista *Época* reforça todas as questões já mencionadas anteriormente, acrescentando a possibilidade de perda de credibilidade internacional além de afetar países parte do bloco (SILVA, 2014). Em 2015, o mesmo veículo de imprensa publicou que a Confederação Nacional da Indústria se reuniu com empresários de outros países, pertencentes ao bloco, para o debate objetivando diminuição das barreiras comerciais intra regionais e avanço junto à facilitação de acordos com países de primeiro mundo, sobretudo União Europeia (EMPRESÁRIOS..., 2015).

Assim que Michel Temer assumiu o poder, com ajuda do setor financeiro que afirmava que as medidas deveriam ser tomadas como “meramente técnicas e não como profundamente políticas” (BASTOS, 2015, p.27), houve a implementação de ajustes fiscais e monetários, á exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição 241, que defendeu um teto para gastos públicos, congelando despesas do Governo Federal por até 20 anos, bem como, a reforma da previdência e a redução de benefícios sociais que, de acordo com Bastos, espelhou a opinião empresarial que programas de distribuição de renda contribuem para a diminuição de emprego e dificultam as contratações. Argumentos defendidos sobre a ideia de que o aumento dos salários e gastos sociais promoveria a desaceleração do investimento privado, retração dos lucros e poupanças. É importante pontuar que no tocante ao setor externo, se torna perceptível às mudanças relacionadas às manchetes veiculadas.

No ano de 2017, o portal de notícias da CNI divulgou que empresários e investidores europeus visavam investir no país, complementando que o Mercosul seria o principal meio para o crescimento comercial brasileiro (EMPRESÁRIOS..., 2017). No ano seguinte, a revista *Valor Econômico*, ligada à área de finanças e negócios, publicou

matéria em que comparava a importância do bloco com países de primeiro mundo (SARAIVA, 2018).

Nesse sentido, acerca da mudança de posição da elite empresarial relacionada às políticas de governo e condução do bloco, a teoria sociológica do comportamento eleitoral, assim como Haas, procura explorar os fenômenos de mudança das condutas de voto de determinadas classes sociais.

Segundo Santos (2010), a perspectiva sociológica diz respeito ao contexto em que os indivíduos se encontram tomando como principais pontos questões socioeconômicas políticas e ocupacionais que, sob a concepção macrosocial, “considera que grupos sociais distintos têm interesses diferentes e buscam uma representação política própria por meio de partidos e líderes que representem os interesses do grupo” (CERVI, 2002, p.124). Logo, a alteração de apoio político por parte das elites, o qual se converteu de uma ala progressista com maior pragmatismo internacional multilateral para conservadora, que optou por políticas bilaterais e de alinhamento, como ocorreu, respectivamente, nos governos Lula e Temer, podem ser explicados pela obtenção de benefícios primários das elites, como pontua a teoria neofuncionalista de Haas.

O enxugamento de gastos com políticas de desenvolvimento social, a defesa do neoliberalismo e o aumento da concentração de renda por parte dos setores mais ricos da sociedade durante o governo Temer, segundo o índice Gini – que mede a desigualdade de 0 a 1, em que quanto mais perto de 1 maior a concentração -, resultou em um crescimento de 0,546 em 2016 para o recorde de 0,6156, ou seja, o rendimento médio de 1% da população mais afortunada, nesse período, equivalia a 33,8 vezes o ganho de metade da população mais pobre (MORAES, 2019).

Segundo Júnior (2015), de fato é perceptível o poder de mando de uma parcela da elite empresarial no bloco definindo a atuação do Estado que, por vezes, resultam em ações distintas das requeridas por sócios menos relevantes, isso devido à participação nos parlamentos, *lobbies*, privilégios na grande mídia e a presença em conselhos. O autor complementa que com a resistência da junção de interesses empresariais há a construção de impasses quanto à cooperação e a ação coletiva, culminando na individualização de interesses que influenciam preferências estatais (JÚNIOR, 2015).

Assim, o bom desenvolvimento econômico, entre os anos de 2002 e 2010, que resultou no *boom* das *commodities*, aumento da rentabilidade, do mercado interno e dos

estoques de riqueza superaram as expectativas de parte das elites, permitiu, de certo modo, o estabelecimento de relações multidimensionais do Mercosul, o que Haas nomeou como *spillover*, isso devido à sua posição na pirâmide e a percepção, por esses grupos, e a parcela restante contemplada, da elevação dos benefícios frente aos custos da integração, influenciando as demais camadas a serem favoráveis às políticas tomadas relativas ao bloco.

Contudo, com a perda de ganhos e benefícios das elites quanto ao bloco com o país argentino em 2010, ainda no governo Lula, e a mudança de políticas tomadas no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, ocorreu maior insatisfação por parte das elites financeiras, empresariais e monetárias que passaram a observar o enxugamento da renda, mudanças na política externa tais quais as reformulações das políticas cambiais e monetárias que resultaram na depreciação cambial e controle de capitais, gerando maior custo de importações por conta dos termos de câmbio estabelecidos.

Tal descontentamento se sucedeu pelo fortalecimento da visão de alinhamento aos países “bolivarianos” e “terceiro-mundistas”, bem como, em desavenças quanto a contrariedade de pedidos, como a instauração de reformas monetárias, cambiais e fiscais, aumento de juros que tinham relação ao anseio do estabelecimento de políticas econômicas neoliberais que prometiam, como apresentou posteriormente os ministros de relações exteriores de Temer, difusão de negócios primordiais para a dinamização de fluxos do bloco com o comércio internacional, diminuição de gastos sociais, maior flexibilidade quanto a acordos trabalhistas e afastamento do bloco do terceiro-mundismo, resultando na amplificação do desinteresse no Mercosul, por parte dessa elite, de acordo com as análises de Bastos e Hiratuka (2017).

Desinteresse que culminou na deposição da presidente, por Michel Temer, que passou a representar os interesses dos grupos empresariais. Assim, as elites financeiras, empresariais e monetárias passaram a não enxergar, a médio e longo prazo, benefícios advindos das relações multilaterais no Mercosul, estabelecidas durante o governo Lula e Dilma, resultando no fim de tais relações, priorizando somente aquelas com viés econômico. A política internacional do presidente interino, também, estabeleceu o alinhamento com países mais desenvolvidos por acreditar que poderia convertê-la em um rápido crescimento econômico interno sem dar prioridade e assistência às mazelas mais pobres da sociedade.

Como analisa Berringer, é importante salientar que integrações regionais mais aderentes a ideais elitistas tratam de “zona de livre comércio e de liberdade para investimentos diretos, sem compromissos políticos e com baixa institucionalidade” (BERRINGER, 2017, p. 27), logo, um projeto que abrange conceitos sociais, políticos e econômicos em conjunto, podem diminuir as expectativas das elites quanto à integração devido à inclusão de propostas populares das quais não se tiram proveitos, embora quase a totalidade de benefícios sejam atingidos frente ao Mercosul (BERRINGER, 2017). A autora ainda sustenta a ideia de que com o apoio a aderência de Estados no Mercosul que se igualavam a corrente ideológica seguida pelo governo, aliada a ampliação de políticas sociais no bloco houve, por parte da burguesia, a crença de afastamento definitivo dos países desenvolvidos e possibilidade de expansão das políticas sociais já em curso gerando reações contrárias, por parte da elite, que passou a apoiar a tomada de políticas neoliberais no âmbito interno e externo (BERRINGER, 2017).

Considerações Finais

O trabalho procurou demonstrar os mecanismos que as elites empresariais brasileiras utilizam para influenciar as decisões do Mercosul, concluindo que as hipóteses propostas para este trabalho se confirmam. De fato, com a manutenção dos benefícios e cumprimento das expectativas das elites durante a permanência de Lula no governo, o qual teve taxa média do PIB entre 3 e 4% e possibilitou maior estoque de riqueza por essa minoria, alcançando um crescimento de 1.705,9% sobre os lucros líquidos, houve maior aceitação pelas elites econômicas no estabelecimento Brasil-Mercosul quanto às relações Sul-Sul.

Por sua vez, a insatisfação, por parte dessas elites, de acordo com as pesquisas aqui levantadas, e posterior interferência quanto às tomadas de decisões do governo, iniciam-se com as reduções de exportações entre Brasil e Argentina, no ano de 2009, em que inflaram discursos e reivindicações pelo abandono da União Aduaneira e estabelecimento de zona de livre comércio dentro do bloco sob a justificativa de desvio de comércio para o mercado chinês.

É importante considerar que com o segmento de políticas desenvolvimentistas tomadas pelo governo de Dilma Rousseff, bem como, com a prioridade das relações Sul-Sul, a recusa de estabelecer reformas internas neo liberalizantes e a entrada da Venezuela no bloco, ocorreu o endosso de discursos contrários, por parte dessas elites,

direcionados ao Mercosul sob a justificativa de invalidação da eficácia do bloco, avanço ao “terceiro mundismo” e alinhamento do governo brasileiro por conta de questões “puramente ideológicas”, como reforçado em discurso de posse de José Serra e em matérias analisadas.

Essas ações, como apresentadas nesse estudo, podem ser explicadas com a teoria neofuncionalista de Ernest Haas a qual afirma que com o descontentamento das elites as ações tomadas pelo governo frente ao Mercosul, as quais afetaram diretamente seus ganhos relativos, foram promovidas articulações para que a base, representada pela sociedade civil, acreditasse que o afastamento das relações com países bolivarianos e alinhamento com países de primeiro mundo resultaria em crescimento econômico.

Dessa forma, a mudança de posição das elites empresariais no bloco, principalmente aquelas que atuam no CIM, como explicitado pela teoria sociológica, é evidente quando analisadas as veiculações promovidas por canais midiáticos com a entrada de Michael Temer, que possibilitou a aprovação de reformas no setor interno, e o redirecionamento do Mercosul promovendo alinhamento total aos países desenvolvidos permitindo reformas neoliberais e estabelecendo meramente relações de mercado com países em desenvolvimento. Políticas estas contrárias à proposta de regionalismo pós-liberal/pós-hegemônico do governo de Dilma Rousseff.

Portanto, como Haas afirma em sua teoria, é fundamental a atuação das elites nos regimes de integração devido à manutenção das relações comerciais sendo de extrema relevância a criação do CIM, no ano de 1991, para aproximação direta nos acordos. No entanto, as pressões vindas de uma parcela minoritária influente, detentoras do topo da pirâmide de Haas, aliadas a tomadas de coação ao governo para atingir ganhos individuais por meio da mídia, parlamentos, presenças em conselhos e *lobbies* afetam de forma direta a credibilidade nacional e internacional, não necessariamente, trazendo efeitos econômicos benéficos para o país. Desse modo, é notório que a carência de diálogos entre essa parcela e o Estado se fortificou e culminou em efeitos desfavoráveis para a política externa e interna brasileira, desconstruindo relações nacionalistas a troco de interesses deste segmento.

Bibliografia

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado; LEITE, Iara Costa. O primeiro governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extra regionais. **OIKOS: Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, n.7, p. 13-28, 2007.

ASSUNÇÃO, Alice. Mercosul é entrave para competitividade do Brasil, afirma diretora da Universidade de Miami. **Agência Indusnet Fiesp**, São Paulo, 06 jun. 2013. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/mercosul-e-entrave-para-competitividade-do-brasil-afirma-diretora-da-universidade-de-miami/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 4. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1982. 456 p.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Campinas, v. 21, n. 2, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O impeachment de Dilma Rousseff e o programa do novo PMDB, **Carta Maior**, Porto Alegre, dez. 2015. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-impeachment-de-Dilma-Rousseff-e-o-programa-do-novoPMDB/7/35142> . Acesso em: 16 dez. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Retomada da ALCA e o fim do Mercosul. De novo? **Brasil Debate**, São Paulo, out. 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/retomada-da-alca-e-o-fim-do-mercosul-de-novo/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Instituto de Economia – Unicamp**. Campinas, n. 306, p. 1-42, 2017.

BERRINGER, Tatiana. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **OIKOS: Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 1, jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/439/241>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BNDES. **Relatório anual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005**. 2005. <
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/917/4/RA2005_final_BD.pdf>
Acesso em: 16 mar. 2020.

BRAILLARD, Philippe. **Teoria das Relações Internacionais**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRESSAN, Regiane Nitsch. **As teorias clássicas de integração regional. In: A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites.** 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRESSAN, Regiane Nitsch. Elites, processos de integração regional e política externa: um estudo teórico. In: IX ENCONTRO DA ABCP. **Anais...** Brasília, 2014, p. 2-27. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/elites-processos-integracao-regional-e-politica-externa.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BUENO, Elen de Paula; OLIVEIRA, Victor Arruda Pereira de. A política externa brasileira para a integração da infraestrutura regional sul americana: mudanças, projetos e desafios. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.10, n.16, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/105/109>. Acesso em: 19 dez. 2019

CAVALCANTI, Flávia Guerra. **La integración latino-americana en debate. In: O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto.** 1. ed. Buenos Aires: Editora Teseo, 2019.

CNI. **Negociação entre Mercosul e a União Europeia: documento de posição.** 2017. Disponível em: <http://portaldaindustria.com.br/publicacoes/2018/10/negociacoes-entre-o-mercosul-e-uniao-europeia-documento-de-posicao-da-industria/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, julho/dezembro 2007.

CORRÊA, Isabela Furegatti. **Um estudo sobre a evolução do MERCOSUL: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico.** 2015. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Acesso em: 16 dez. 2020.

DAHL, R. **Um Prefácio à Teoria Democrática.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

EMPRESÁRIOS do Mercosul defendem a recriação da agenda econômica do bloco e acordo com a União Europeia. **Agência de notícias CNI**, São Paulo, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/empresarios-do-mercosul-defendem-recriacao-da-agenda-economica-do-bloco-e-acordo-com-a-uniao-europeia/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

EMPRESÁRIOS e investidores europeus apostam no Brasil. **Agência de notícias CNI**, São Paulo, 06 set. 2017. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/video-empresarios-e-investidores-europeus-apostam-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

EMPRESAS querem recriar Mercosul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 nov. 2009. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-querem-recriar-mercosul,459698> . Acesso em: 05 jan. 2021.

FALTA de acordos comerciais preocupa empresários brasileiros. **Agência de notícias CNI**, São Paulo, 11 mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/falta-de-acordos-comerciais-preocupa-empresarios-brasileiros/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães. O regionalismo pós-liberal e o resgate da agenda do desenvolvimento. In: III SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2015, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, 2015, p. 1-20. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Guilherme-Augusto-Guimar%C3%A3es-Ferreira.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GRUPO de amigos da Venezuela é uma vitória diplomática, diz embaixador. **Agência Brasil**, Brasília, 15 jan. 2003. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-15/grupo-de-amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HOFFMAN, Stanley. **Teorías Contemporáneas sobre las Relaciones Internacionales**. 1. ed. Madrid: Editora Tecnos, 1963.

IRACHANDE, Aninho Mucundramo; ALMEIDA, Lucimar Batista de; VIEIRA, Marilene Maria Augusto. O Mercosul e a Construção de uma política ambiental para os países do Cone Sul. **Política & Sociedade**, São Paulo, v.9, nº 16, Abril 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2010v9n16p205>. Acesso em: 20 dez. 2019.

JÚNIOR, Paulo Afonso Monteiro Velasco. Os empresários no Mercosul: distância ou participação?. **Mural Internacional**, v.6, n. 2, Jul-Dez 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rmi.2015.19916>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LIMA, Pedro Henrique Barros de. **A formação das elites e seus aspectos nas sociedades humanas – por que sempre haverá uma classe dirigente e uma classe dirigida?** - Uma revisão de literatura sobre a teoria das elites. 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política). Monografia - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARIANO, Marcelo Passini. **A estrutura institucional do Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MERCOSUL é entrave para competitividade do Brasil, afirma diretora da Universidade de Miami. **Fiesp**, São Paulo, 06 jun. 2013. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/mercosul-e-entrave-para-competitividade-do-brasil-afirma-diretora-da-universidade-de-miami/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

MRE. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores, sétima diretiz**. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/notas-a-imprensa/14043-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MRE. **I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil - Argentina**. 2017. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16360-i-reuniao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina-brasilia-30-de-maio-de-2017>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MORAES, Sérgio. “Concentração de renda no país é recorde em 2018, aponta IBGE”. **VEJA**. São Paulo, 16 out. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/concentracao-de-renda-no-pais-e-recorde-em-2018-aponta-ibge/>. Acesso em: 15 de set. 2020.

MOSCA, Gaetano. **Sociologia Política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

PUTNAM, R. ‘**Elite Transformation in Advanced Industrial Societies: An Empirical Assessment of the Theory of Technocracy**’. Michigan: Sage Publications, 1977.

RIOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Mota P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. **CEPAL**. Santiago, n. 82, p.4-48, 2007.

SANTOS, Edilene. **Decisão do voto: um debate sobre as teorias do comportamento eleitoral**. 2010. 35 f. Monografia (Pós-graduação em Comunicação Política e Imagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39247/R%20-%20E%20-%20EDILENE%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2020

SARAIVA, Jacílio. Mercosul já tem o mesmo peso que EUA e Europa. **Revista Valor Econômico**, São Paulo, 27 fev. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/02/27/mercosul-ja-tem-o-mesmo-peso-que-eua-e-europa.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. O Brasil na camisa de força do Mercosul. **Revista Época**, 23 mar. 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/o-brasil-na-bcamisa-de-forca-do-mercosulb.html>. Acesso em: 07 jan. 2021.

TEXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, Campinas, v.21, Número Especial, p.909-941, dez. 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil 1990-2012**. 1. ed. São Paulo: Editora Campus, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Pensamento, 2011.